

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Caiado, Leite ou Ratinho: qual será a cara do candidato da terceira via?

A filiação do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, ao PSD de Gilberto Kassab introduziu um fato novo no tabuleiro eleitoral de 2026. Ao deixar o União Brasil por falta de legenda para disputar a Presidência, Caiado reforçou a disposição do PSD de apresentar uma candidatura própria ao Planalto, colocando o partido no centro do debate sobre a chamada “terceira via”, em oposição tanto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quanto ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Com isso, o PSD passa a reunir três governadores presidenciais que estão no segundo mandato, ou seja, que não podem concorrer à reeleição: Caiado; Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul; Ratinho Junior, do Paraná, cujos perfis políticos e trajetórias eleitorais são bastante distintos.

A entrada de Caiado sinaliza a tentativa mais consistente, até agora, de organizar uma alternativa de centro-direita à polarização que domina a política brasileira desde 2018. Trata-se de uma articulação com eixo no Sul e no Centro-Oeste, regiões onde Lula enfrenta maiores dificuldades eleitorais e onde se concentram setores estratégicos como o agronegócio, o empresariado exportador e parte expressiva da classe média urbana descontente com o governo. O problema central dessa construção é a resiliência da base bolsonarista popular, ainda fortemente identificada com Jair Bolsonaro e potencialmente transferível ao filho Flávio Bolsonaro. Soma-se a isso um risco histórico conhecido: a ambiguidade do próprio PSD, partido que tradicionalmente tem “um pé em cada canoa” e evita apostas irreversíveis.

Não é por acaso que o fantasma da “cristianização” ronda o futuro candidato da terceira via. Em 1950, o PSD lançou Cristiano Machado à Presidência, mas parte significativa de sua base migrou informalmente para Getúlio Vargas, esvaziando o próprio candidato. Desde então, o termo passou a designar candidaturas que existem formalmente, mas são abandonadas na prática. A pergunta que se impõe é se o PSD, desta vez, está disposto a sustentar até o fim um nome próprio ou se manterá sua ambiguidade existencial: tem uma ala no governo e outra na oposição.

Entre os três pré-candidatos, Caiado representa a direita tradicional organizada. Médico, ex-deputado e senador, governador reeleito de Goiás, ele construiu sua imagem como liderança do agronegócio, defensor da lei e da ordem e crítico contundente do lulismo. Seu discurso é claro, ideológico e coerente com uma agenda conservadora nos costumes e liberal na economia. Ele dialoga bem com produtores rurais, setores empresariais e parte do eleitorado bolsonarista que busca uma alternativa menos radical. O problema é seu alcance nacional limitado: fora do Centro-Oeste, Caiado ainda é pouco conhecido e carrega resistência em setores urbanos e no Nordeste. Seu perfil agrega densidade ideológica, mas também tende a estreitar suas alianças.

Risco de fragmentação

Eduardo Leite, por sua vez, encarna a nova direita reformista e democrática. Jovem, urbano, liberal nos costumes e defensor explícito das instituições democráticas, o governador do Rio Grande do Sul dialoga com o eleitorado de centro, com setores progressistas moderados e com parcelas da classe média que rejeitam tanto o bolsonarismo quanto o petismo. Leite tem boa aceitação no debate público, trânsito internacional e discurso afinado com pautas contemporâneas, como sustentabilidade e diversidade. Seu principal desafio é a baixa penetração fora dos grandes centros e a dificuldade de conquistar eleitores populares, especialmente em regiões onde o conservadorismo social é mais forte. Além disso, sua base eleitoral no Sul é sólida, mas não decisiva em uma eleição nacional.

Já Ratinho Junior surge como o perfil mais pragmático e, eleitoralmente, tem a preferência de Kassab. Governador de um estado economicamente forte, com alto índice de aprovação e gestão bem avaliada, Ratinho tem a vantagem de um estilo discreto, pouco ideológico e focado em resultados administrativos. Ele dialoga com empresários, com o agronegócio e com setores do Centro, sem provocar rejeições intensas. Seu nome é visto como o mais competitivo internamente justamente por essa capacidade de agregar apoios e reduzir resistências. Em contrapartida, carece de uma narrativa nacional clara e de identidade política forte, essenciais em uma disputa polarizada.

O desafio do PSD será transformar essa diversidade em força real e evitar a fragmentação. A promessa de que os derrotados apoiarão o escolhido é importante, mas insuficiente diante da história do partido. Sem um compromisso inequívoco com a candidatura que emergir, o risco de cristianização permanece. A terceira via só ganhará consistência se o PSD conseguir fazer aquilo que historicamente evitou: escolher, sustentar e apostar até o fim. Tradicionalmente, Kassab libera as bases regionais do partido para apoiar quem quiser no primeiro turno e tenta unificar o partido no segundo turno, para apoiar quem tem mais chances de vencer.

Entre Caiado, Leite e Ratinho, a decisão não será apenas sobre quem tem mais votos potenciais, o que pode se aferir com pesquisas, mas sobre o projeto de centro-direita que o partido quer representar: o conservadorismo organizado (Caiado), o social-liberalismo democrático (Leite) ou o pragmatismo gestor (Ratinho). Se essa escolha não for clara, a terceira via corre o risco de ser abduzida pela polarização e desaparecer na urna.

ELEIÇÕES

“Todos têm de entrar em campo”, pressiona Gleisi

Ministra frisa que Haddad deve ser candidato, mas o titular da Fazenda resiste

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, defendeu que o titular da Fazenda, Fernando Haddad, concorra nas eleições deste ano. Cotado para disputar uma cadeira no Senado pelo PT de São Paulo, o ministro ainda não tomou uma decisão, embora já tenha anunciado que deixará o cargo no mês que vem.

Segundo ele, que entregará o comando da Fazenda para o secretário-executivo Dario Durigan, a desincompatibilização terá o objetivo de “ajudar” na campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em declarações ontem, porém, Gleisi enfatizou que “não temos direito de deixar a extrema-direita voltar ao poder no país”. “Eu acho que todos têm de entrar em campo, todos (os ministros) têm que vestir a camisa (da reeleição de Lula). Por isso, defendo que todos os nossos melhores quadros disputem as eleições, inclusive o ministro Haddad”, destacou ela, um das porta-vozes de Lula, durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto.

A ministra, por sinal, deixará o posto em março para concorrer a uma vaga no Senado pelo Paraná. O lugar será ocupado por Olavo Noletto, presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), grupo conhecido como Conselho.

Segurança na pauta

» DANANDRA ROCHA

Em reunião do Colégio de Líderes, a Câmara deu início à organização dos trabalhos do ano legislativo. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), indicou que terão prioridade o acordo Mercosul-União Europeia, cuja intenção é dar tramitação acelerada assim que chegar ao Congresso; e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, a ser debatida nas próximas semanas, com previsão de votação depois do carnaval.

Relator da PEC, Mendonça Filho (União-PE) afirmou que a estratégia definida prevê uma rodada de apresentações do substitutivo do texto, apresentado em dezembro, a todas as bancadas antes da deliberação final.

“O presidente Hugo reafirmou a prioridade para a pauta da segurança pública, e naturalmente esse tema vai ser deliberado agora no início dos trabalhos legislativos, a partir de fevereiro”, disse.

De acordo com Mendonça Filho, as apresentações às bancadas devem ocorrer na primeira e na segunda semanas de fevereiro, com a expectativa de apreciação da matéria na comissão especial logo após o carnaval, seguida de votação no plenário da Câmara, na semana dos dias 23 ou 24. O relator ressaltou que o texto ainda “pode sofrer alterações” e informou que terá uma reunião de trabalho com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, nos próximos dias, para alinhar pontos da proposta. O parlamentar afirmou ter sugerido que o projeto de lei antifacções seja analisado apenas após a votação da PEC.

Segundo Mendonça Filho, temas como a CPI do Banco Master e pedidos de outras CPIs defendidos pela oposição não foram tratados na reunião.

A pauta da próxima semana também foi definida no Colégio de Líderes. “Votaremos a MP Gás do Povo e o PL que cria o Instituto Federal do Sertão Paraibano, além de outras matérias de consenso. Ainda iremos fazer a instalação e eleição das Comissões Permanentes”, afirmou Motta, nas redes sociais.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Fernando Haddad tem dito que quer participar do comando da campanha à reeleição do presidente Lula

Na conversa com jornalistas, Gleisi também comentou sobre a orientação do presidente Lula de que seus ministros deixem as pastas para se candidatar em seus respectivos estados.

“O presidente Lula tem clareza dessa responsabilidade que ele tem (em não deixar a volta da extrema-direita). Por isso, eu acho que, numa situação de enlaxamento e em que está em risco um projeto de manter a nossa democracia, todos têm que entrar em campo (se candidatar), todos têm que vestir a camisa e fazer aquilo que melhor sabem fazer

na disputa eleitoral”, pontuou. A expectativa é de que ao menos 20 dos 38 ministros entrem na corrida eleitoral.

Escala 6x1

Também de acordo com Gleisi, o fim da escala 6x1 será uma das prioridades do governo federal ao longo do ano. Segundo ela, o Executivo avalia alternativas para emplacear esse projeto no Congresso.

Embora haja uma Proposta de Emenda à Constituição sobre o tema, o governo estuda enviar um projeto próprio para unificar todas

as propostas existentes, o que pode ocorrer após o carnaval. “Nós esperamos que esse debate aconteça, e seja aprovado ainda no primeiro semestre”, projetou.

A intenção é compartilhada pelo ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência. “Eu espero que isso possa ser pautado, aprovado e promulgado pelo presidente Lula neste primeiro semestre, para que os trabalhadores brasileiros tenham paz, tenham descanso e possam ter tempo com a sua família para lazer, para cuidado, que é o básico para qualquer um”, disse o ministro.



Leis que melhoram a vida e promovem um futuro melhor para o Distrito Federal.

Câmara Legislativa. O que transforma cada novo ano é o trabalho que fazemos todos os dias.

A Câmara Legislativa atua o ano inteiro criando leis que fortalecem a convivência, protegem direitos, ampliam o acesso à saúde, incentivam o desenvolvimento econômico, combatem o preconceito e ajudam a construir um futuro melhor para todos. Porque cada novo ano só melhora quando todos trabalham pelos mesmos objetivos. É isso o que a Câmara Legislativa faz todos os dias.

